



Boris Tabacof: Crise momentânea não pode motivar fúria reguladora do mercado de capitais no Brasil

Documento sugere reavaliação e choque

Uma reavaliação completa da gestão das finanças públicas, substanciada num choque de natureza tarifário-monetário-fiscal; suspensão de todos os subsídios e isenções, além da suspensão de emissões de moedas e a manutenção de taxas de juros elevadas, são algumas das propostas de um documento que os professores da Faculdade de Economia da USP divulgaram, durante a realização do seminário sobre sistema financeiro, promovido pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara.

O documento, batizado de "para evitar a UTI", foi distribuído pelo professor Roberto Macedo, um dos expositores do encontro e também

propõe a privatização de várias empresas estatais, ao lado do condicionamento dos salários dos servidores públicos civis e militares às disponibilidades do Tesouro.

"A inflação de julho não correspondeu às previsões pessimistas mas isto não chega a ser motivo de alento. Não existe inflação estável às taxas que já chegamos e a qualquer momento a aceleração pode voltar, até a hiperinflação, que significa um grau avançado da desorganização do sistema econômico".

Como uma das soluções a serem procuradas, os professores da USP sugerem que deve haver rigor na execução da política monetária e

creditícia, voltado para o objetivo de impedir a emissão monetária adicional. "Recomendamos uma política de juros altos, sustentada pelo lado fiscal do choque, mas com os juros proporcionais ao período de maturidade dos papéis e com restrições ao apoio governamental de liquidez à sustentação de carteiras de prazos mais longos, mediante recursos do overnight", diz o documento, subscrito pelos professores Alavaro Zini Jr, Carlos Luque, Eduardo Gianetti da Fonseca, Guilherme Dias, Hélio Cruz, Joaquim Toletto, José Paulo Chahad, Juan Moldau, Luis Martins Lopes, Marcos Antonio Vasconcellos, Sílvia Maria Schor, Simão Silber, além de Roberto Macedo.